

A COLÓNIA DE MACAU DURANTE A II GRANDE GUERRA

Relatório da Gerência 1938-1945

Carlos Eugénio de Vasconcelos foi o gerente do BNU em Macau entre 1938 e 1946, num dos mais difíceis períodos da história daquele território, na época que colidiu com a segunda guerra mundial. Nasceu a 9 de Junho de 1893, na Cidade da Praia, tendo sido admitido como funcionário do BNU, em 21 de Fevereiro de 1921, na dependência de Santiago, em Cabo Verde.

Ao serviço do banco, desempenhou sempre importantes funções, nomeadamente, nos vários e diferentes locais aonde exerceu a sua actividade bancária. Tendo entrado ao serviço do Ultramarino em 1921, em Santiago, foi colocado em 1922, em São Vicente, em 1923, em Quelimane, em 1930, em Tete, em 1936, em Díli, em 1938, em Macau, em 1947, em Pernambuco, em 1950, no Rio de Janeiro, e finalmente, em 1961, na Sede, vindo a falecer em 1963.

Todavia, é a partir da sua estadia na Gerência de Díli, que as suas qualidades seriam reconhecidas e destacadas junto da Administração do Banco.

Nomeado para a Filial de Díli, local delicado e a necessitar de um gerente competente e culto, viria a desempenhar um papel de relevo, que o levou a um agradecimento do Governador de Timor, pelo serviço prestado na agência do Banco e do seu papel nas Comissões Especiais para o estudo de alguns problemas económicos especiais da Colónia.

Este grande desempenho levou o Banco a nomeá-lo gerente da Filial de Macau em 1938, em substituição do Brigadeiro Vasco Freire Temudo, regressado ao Ministério da Guerra.

Será em Macau que Carlos Eugénio colocará a sua inteligência ao serviço do Banco e da comunidade, evitando que o território entrasse em colapso total, no período de ocupação de Hong-Kong pelos japoneses, iniciado em 25 de Dezembro de 1941 e que se prolongou por 3 anos e 8 meses.

Macau ficou com o estigma da ocupação do território pelos japoneses e foi, então, a acção de Carlos de Vasconcelos, como gerente do Banco e director da Comissão Reguladora das Importações, preponderante para que o território conseguisse preservar a sua independência e sobrevivência, tendo muitas vezes, que recorrer a políticas de apaziguamento, junto das autoridades nipónicas para salvaguardar Macau de um destino ainda mais nefasto.

Este Gerente de Macau felizmente deixou para a posterioridade um Relatório Global da actividade da Filial do BNU, no período da sua gerência, entre 1938 e 1945, fazendo um relato minucioso da situação em que se encontrava a colónia e das medidas que teve que tomar para salvaguardar o território da perda da soberania, da ruína financeira e da morte por falta de alimentos de grande parte da população.

Um estudo detalhado deste documento permite-nos constatar a importância que o Banco desempenhou no auxílio ao Governo, chegando mesmo Carlos Vasconcelos a referir: *“ a partir de Junho de 1943, o Banco já não necessitava do auxílio do Governo; enquanto que este não poderia chegar ao fim da Guerra nas condições em que chegou se o Banco não auxiliasse financeiramente, imobilizando milhões à sua disposição, mediante garantias precárias, como eram os géneros em armazém, sujeitos a todo o momento a actos de terrorismo, bombardeamentos e deteriorações, sem uma apólice de seguro, e a própria Colónia à mercê das tropas que a cercavam e duma quadrilha de japoneses arrogantes que punham e dispunham a dentro dos seus muros, abusando da situação”*.

O pormenorizado Relatório, composto por 217 páginas, teve um objectivo fulcral: elucidar o Conselho do Banco sobre todos os procedimentos seguidos e deixar ao seu substituto todos os elementos para poder actuar. Composto também por variadíssimos gráficos que espelham toda a actividade e evolução bancária

no período em questão, é constituído, em anexos, por toda a correspondência trocada entre o seu autor, a Direcção do BNU e o Governador da colónia de Macau, proporcionando assim, um valioso estudo sobre toda a política emanada na região, pelos políticos e dirigentes portugueses da época.

Aquele Relatório global de sete anos de gerência de uma época sem precedentes, é um excelente documento sobre a análise da situação financeira e social, vivida em Macau durante os anos da II Guerra Mundial, e também, um precioso testemunho em dois aspectos: para o estudo quotidiano da vida do território, neste período tão conturbado de Macau, e para a análise do espantoso trabalho que Carlos Eugénio teve que desempenhar à frente da gerência da Filial do BNU de Macau, operando sem a fiscalização directa do Banco, tendo como único suporte, a confiança depositada pelo Conselho do Ultramarino.

Eugénio de Vasconcelos, trabalhando isolado, após a invasão de Hong-Kong e com o bloqueio a Macau, foi obrigado a não escrever qualquer documento, evitando assim qualquer testemunho comprometedor para o Banco e para a Colónia.

Sem entrar em grandes detalhes dos procedimentos bancários efectuados pela gerência do banco, e que merecerá sem dúvida estudo adicional, é deveras importante salientar os aspectos contidos no Relatório sobre as medidas tomadas para salvaguardar a população da fome e manter a soberania portuguesa do território, não se escamoteando a análise social de Macau nesse período.

Quem viveu em Macau, e é um interessado na história da nossa “antiga jóia da coroa”, sabe ou já ouviu falar, no famoso período da 2ª Guerra Mundial vivido no território, como sendo um período negro e macabro da história da região. Cerca de 400.000 refugiados entraram na cidade, uma terrível fome assolou a cidade e ilhas adjacentes, cadáveres empilhados na rua e o famoso e horrível caso de antropofagia na cidade.

Monsenhor Manuel Teixeira, famoso historiador português de Macau e um sacerdote católico, que viveu grande parte da sua vida na cidade e que muito contribuiu nas áreas de missionação, aborda aliás a antropofagia em Macau no seu livro *Macau-Dor da Guerra*.

Este Relatório de sete anos aborda o período mais importante e difícil da história de Macau no século XX, como o comprova a entrevista dada pelo Monsenhor Manuel Teixeira ao *Tempo & Modus*, jornal da *Escola Portuguesa de Macau*, em Abril de 1999: “ *O mais importante e o mais difícil foi a 2ª Guerra Mundial. Aqui começou em 1937, com a guerra sino-nipónica. Os japoneses controlavam o mar do Sul da China, deixando apenas passar mantimentos para as suas tropas. O governo tinha racionado as provisões para os portugueses. Do Governo chinês, nada. Assim morriam, por dia, cerca de cem chineses. Morriam por inanição. Depois veio o inverno e morriam gelados...*”

Efectivamente, o Relatório fala-nos de todos os factos determinantes ocorridos no território, nomeadamente, da crise dos cambistas e do seu controlo do mercado, originando, a crise dos pagtangs, e a crónica falta de notas para troca (e como a crise seria debelada mais tarde com a aplicação de um plano director dos Serviços Económicos, traçado com a colaboração do gerente do BNU).

Este precioso documento relata ainda a grande afluência de refugiados e a necessidade de ajustar as condições locais para os receber e alojá-los, o corte de comunicações devido á ocupação de Hong-Kong pelos japoneses, a falta de arroz no mercado e isolamento dos centros fornecedores, bem como, através dos canais do Delta se aludia à vigilância do bloqueio japonês e ao contrabando efectuado com regiões circunvizinhas para que se fosse mantendo a vida em Macau.

Também neste impressionante relatório é focado o papel que a Comissão dos Serviços Económicos desempenhou, juntamente com o BNU, na concentração de stocks e sua distribuição de acordo com as necessidades da população, na utilização da prata para acudir aos trocos, na compra de mantimentos, na obtenção de maior volume de notas, no acudir à penúria dos funcionários, e muito mais...

Existem dois excertos marcantes do relatório, que elucidam grandemente o que foi a vida na colónia e a acção do Banco e o seu papel preponderante para a manutenção de algum equilíbrio na vida da cidade:

“Que seria de Macau, infestada de gangsters que assassinavam de dia em plena rua, de noite assaltavam à mão armada as residências particulares e faziam extorsões de toda a espécie, se o banco não financiasse os serviços municipais de electricidade para habilitá-los a adquirir os óleos e o carvão para as máquinas? Fizemo-lo por intermédio da C.R.I., porque aquela entidade não tinha poderes para contrair empréstimos”.

“A chantagem dos cambistas e a impotência do Governo para reprimir e dominar a situação animavam os mal intencionados e dissolviam a moral social. Era preciso aproveitar a vida, vivê-la de qualquer forma, custasse o que custasse. As ruas estavam infestadas de mendigos cadavéricos e sôfregos que assaltavam as senhoras arrancando-lhe as carteiras e os embrulhos. Rara era a manhã em que nas arcadas do Banco, ao lado do gabinete, se não viam cadáveres, repugnantes de vermina e de podridão. Morriam estoicamente ao lado de tendinhas com comida, sem um gesto de revolta, sem uma reacção. O cemitério da cidade já não chegava para tantos mortos. Diariamente, em batelões, eram enviados para a ilha da Taipa, empilhados uns em cima dos outros. Foi um pavor, um espectáculo macabro, a que nos habituamos pela sua frequência. Houve casos de antropofagia. E não foram poucos. Durante muito tempo os portugueses abstinham-se de comprar carne, pois se deram vários casos de venda de carne humana nas quintadas chinesas que populavam por todas as ruas e vendiam tigelas de caldo, pedacinhos de carne, bolos de arroz, etc. No refúgio dos mendigos, pela manhã encontravam-se cadáveres de crianças esquartejadas e que faltavam pedaços. Enfim, um horror. Mas era preciso reagir, era preciso viver e trabalhar. E reagimos e trabalhámos e vencemos.”

Assim decorreu a vida até terminar a guerra, entre actos de terrorismo, assassinatos quase semanais em plena rua, absolutamente impunes, até à rendição das forças japonesas às armadas das nações unidas.

Até este momento chegar, a acção de Carlos Eugénio de Vasconcelos e do BNU teve como missão conseguir que o Banco chegasse ao restabelecimento da paz sem prejuízo de maior e proporcionar à população residente e a todos os refugiados as melhores condições de subsistência possíveis, garantindo à colónia os mantimentos necessários à alimentação da população, evitando assim que maior fome, miséria e desolação tivessem assolado ainda mais o território.

Este grande Gerente entraria em licença em 10 de Janeiro de 1946, data em que deixaria Macau, para seguir para Lisboa no Vapor Colonial.

Na sua ficha individual de empregado, consta um relatório da inspecção do Banco que destaca os resultados obtidos em 1942, como os melhores dos últimos 5 anos, sendo louvado pela sua inteligência nos negócios da filial.

Em 1946 foi louvado em portaria, pela inteligência, dedicação constante, colaboração que prestou, elevado patriotismo, nobre carácter e alta inteligência.

Em 1947 seguiria para a gerência do BNU em Pernambuco no Brasil.

Em 1950 foi nomeado Gerente Geral no Brasil, comprovando-se assim todas as suas aptidões e a confiança depositada na sua pessoa por parte da Direcção do Banco.

Carlos Eugénio de Vasconcelos foi um bancário que desempenhou com grande profissionalismo, inteligência e tacto, todos os cargos de que foi mandatado pela Direcção do BNU, sempre em diferentes continentes, locais distantes e culturas distintas. Mas foi efectivamente na Filial de Macau, que deixou o seu legado mais valioso: O Relatório da gerência de 1938-1945.

Rui Miguel

Gabinete Património Histórico da CGD

Agosto de 2011